

# Colégio Eleitoral Eleitoral consagra Tancredo

Eleição do político mineiro sepulta a ditadura. Mas até que se chegasse à composição que o tornou presidente da República, com a ajuda de antigos governistas, foi preciso muita negociação

» FABIO GRECCHI

Passavam das 11h30 da manhã de 15 de janeiro de 1985, quando o deputado federal João Cunha (PMDB-SP) aproxima-se do microfone de apertes do plenário da Câmara. Não era um personagem qualquer. Foi ele quem denunciou o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, dentro das instalações do DOI-Codi do II Exército, na tristemente famosa Rua Tutóia 921, na Vila Mariana, em São Paulo. Entre emocionado e indignado, declama:

“Tenho a honra de dizer que o meu voto enterra a ditadura fascista, corrupta e entreguista que infelicitou a minha Pátria. Voto em Tancredo Neves, na vitória”.

Estava dado o 344º voto, que garantiu a vitória da chapa Tancredo Neves-José Sarney sobre a de Paulo Maluf-Flávio Marcílio no Colégio Eleitoral. Encerrava-se, oficialmente, o ciclo de presidentes gerais, que sucederam-se desde 1º de abril de 1964. Das galerias, cai uma chuva de papel picado. Em vários pontos do Brasil, há explosões de alegria com a eleição do primeiro presidente civil em pouco mais de duas décadas.

O resultado foi uma goleada: 480 votos para Tancredo e Sarney e 180, para Maluf e Marcílio. Houve 17 abstenções e nove ausências. A primeira página do **Correio Braziliense** de 16 de janeiro de 1985 resume a apoteose. “Nova República, 1º dia — Tancredo vence Maluf por 300 votos — José Sarney é o vice-presidente eleito. O país parou para festejar o resultado do Colégio”.

### Os recados

No discurso da vitória, muitos recados do presidente eleito. O primeiro, e talvez o mais importante, de que aquela tinha sido a última eleição indireta para o comando do país. O segundo, uma exortação ao exercício de tolerância, da composição e do diálogo, que tinham sido os elementos fundamentais para as articulações que o levaram até ali. O terceiro, de que uma nova Constituição haveria de ser escrita, para tomar o lugar daquela promulgada em 1967 — e emendada em 1969 para reforçar o poder ditatorial militar. O quarto, de que seu governo seria de coalizão e reconstrução. E o quinto, de que a Nova República tinha de representar, necessariamente, a retomada do crescimento econômico e o freio no galope da inflação. **(Leia trechos do discurso no quadro ao alto.)**

“Os militares estavam com complexo de culpa, sentindo-se fracassados. Já havia sido completado o ciclo de 20 anos, originalmente delineado como sendo o máximo do ciclo preparatório da democracia. Então houve a eleição indireta de Tancredo. A redemocratização criou uma democracia disfuncional e representou uma enorme oportunidade perdida, porque eliminou-se o autoritarismo político, mas

não se eliminou o autoritarismo econômico. Aumentou-se o autoritarismo econômico no início do governo civil”, criticou o ex-ministro e ex-deputado federal Roberto Campos, em depoimento a Ronaldo Costa Couto para o livro *Memória viva do regime militar — Brasil: 1964-1985*.

Mesmo que não soubesse que se tornaria presidente da República, a construção da candidatura de Tancredo deu o primeiro passo com sua eleição para senador pelo MDB, a partir de 1979. Trazia na bagagem uma boa experiência de graves crises. Foi ministro da Justiça (26 de junho de 1953 a 24 de agosto de 1954) no governo de Getúlio Vargas, no período agudo do atentado contra o jornalista Carlos Lacerda ao suicídio do presidente. E primeiro-ministro (de 8 de setembro de 1961 a julho de 1962) na experiência parlamentarista para que João Goulart não governasse com plenos poderes de presidente, em razão da renúncia de Jânio Quadros. Diálogo e composição eram seu forte.

Mauro Santayana, no livro *Conciliação e transição — As armas de Tancredo*, resumiu o esforço que, ainda sem ter sido ungido candidato da oposição contra o regime, o político mineiro haveria de encabeçar: “Entendem também os mineiros que o passo prévio para a conciliação é a renúncia. Renúncia medida e comedida, bem se entenda, porque conciliação não é entrega. É troca. Trocam-se concessões para ajustar-se o entendimento”.

Esse primeiro esforço veio na forma de criação do PP, possibilidade aberta com a aprovação da reforma partidária, em 1979. O partido, cuja criação foi anunciada em discurso no Senado, reunia egressos do MDB e dissidências da antiga Arena. Os fundadores eram os diametralmente opostos Tancredo e o banqueiro e ex-governador Magalhães Pinto — em comum, o fato de serem mineiros. Na legenda, reuniram-se o também banqueiro e ex-prefeito de São Paulo Olavo Setúbal; o ex-governador paulista Paulo Egydio Martins; e o jurista e professor Cláudio Lembo. Do Nordeste, vinha a liderança do potiguar Aluísio Alves. A proposta do PP era ficar no meio do caminho, entre o partido do “sim”, o PMDB, e o do “sim, senhor” — a Arena, que trocara a plumagem e tornara-se PDS.

O projeto do PP dura bem menos do que Tancredo gostaria, uma vez que, com a aprovação da vinculação de voto para a eleição aos governos estaduais em 1982, as coligações foram proibidas. O partido, assim, perde qualquer chance de sobrevivência. O jeito é voltar para a nave-mãe, o PMDB, para que os políticos que compunham o PP tivessem futuro.

Ex-emedebista e, agora, neopeemedebista, Tancredo vai para a disputa do governo de Minas Gerais contra Elizeu Resende, do PDS e turbinado pela máquina dos palácios — o do Planalto, do presidente João Baptista Figueiredo,

e o da Liberdade, onde mandava o piauiense Francelino Pereira. O jogo foi pesado e a vitória, apertada. Tancredo foi eleito com apenas 243 mil votos de vantagem — 2,667 milhões contra 2,424 milhões do adversário.

Para o governo federal, se a vitória de Tancredo não era boa, ruim também não era. Muito melhor do que ter de lidar, por exemplo, com Leonel Brizola (PDT), vencedor do pleito no Rio de Janeiro — apesar dos esforços para dar a vitória a Moreira Franco (PDS), que havia de ser beneficiado pela fraude, exposta em cadeia nacional de rádio e tevê, na contagem dos votos feita pela Proconsult. Franco Montoro (MDB), vitorioso em São Paulo, também não era dos mais gostados pelo Planalto.

### A construção

Poder-se-ia dizer que, por exclusão, Tancredo era o nome que mais agregava apoios na oposição e o mais palatável entre os apoiadores do regime. Mas, de todos, era o que trazia a maior experiência, tinha uma trajetória inquestionável e apontado como alguém com uma inesgotável capacidade de dialogar e negociar.

Se nas hostes da oposição, o rio corria para o mar — ou seja, Tancredo emergia como o presidenciável à sucessão de Figueiredo —, do lado do governo tudo o que não havia era consenso sobre quem seria o candidato do regime. Escolhido para coordenar a própria sucessão dentro do PDS, o general presidente deixava clara a nula aptidão para lidar com a política e suas miudezas. O governo tinha maioria no Colégio Eleitoral, mas, do Palácio do Planalto, Figueiredo dava poucos sinais (e, quando os dava, sempre enigmáticos) sobre aquilo que pretendia.

Diante disso, era natural que os balões de ensaio fossem se desprendendo. Da lista de supostos presidenciáveis, constaram o senador Marco Maciel; os ministros Jarbas Passarinho (Previdência Social), Hélio Beltrão (especial para a Desburocratização) e João Leitão de Abreu (Casa Civil); e o presidente da Itaipu Binacional, general José Costa Cavalcanti. Mas, para valer, os pré-candidatos do PDS eram o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza — coronel da reserva do Exército — e o deputado federal Paulo Salim Maluf.

A inércia de Figueiredo prejudicava Andreazza. Por pertencer ao primeiro escalão do governo, o ministro não encontrava condições de fazer campanha abertamente, apesar da proximidade com o general presidente. Só que esse não era o único problema: a força do ex-presidente general Ernesto Geisel ainda era grande nos bastidores militares. E ele tinha restrições a Andreazza por, na década de 1960, apoiar o general Artur da Costa e Silva para a sucessão do primeiro ditador pós-1964,

Cece/CB/D.A Press



Cece/CB/D.A Press



Alto Comando da Aliança Democrática: Aureliano, Maciel, Ulysses, Sarney e Tancredo

Givaldo Barbosa/CB/D.A Press



Derrotado com 300 votos de frente, resta a Maluf cumprimentar Tancredo Neves

Humberto Castelo Branco. Outra barreira era a suposta antipatia do ministro do Exército, general Walter Pires — conforme garantia o brigadeiro Délio Jardim de Matos, ministro da Aeronáutica, nas conversas que mantinha.

### O adversário

Maluf sentiu-se à vontade para sair em campo e consolidar-se. Apresentava-se como candidato do PDS sem qualquer constrangimento, apesar de não estar nesta condição oficialmente. Isso era facilitado, também, pelo fato de Aureliano não conseguir emplacar. O vice tinha a simpatia dos militares, mas causou constrangimento no partido ao defender uma

consulta às bases e, também, defender eleições diretas para presidente.

Fosse apenas isso, talvez se contornasse a situação. Porém, no afastamento de Figueiredo — por causa de um distúrbio cardíaco, inicialmente internou-se no Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, mas, semanas depois, teve de ser operado em Cleveland, nos Estados Unidos, no The Cleveland Clinic, onde colocou duas pontes no coração, uma safena e outra mamária —, Aureliano assenhoreou-se da Presidência. Foram 52 dias (de 23 de setembro a 12 de novembro de 1983) nos quais o vice agiu como se, supostamente, o titular não voltasse. Uma pichação na cúpula do Senado haveria de irritar ainda mais o general presidente — “Aureliano,